

UM MUSEU, UMA COLEÇÃO E MUITAS CONEXÕES

Josiane Kunzler

josikunzler@gmail.com

Deusana Maria da Costa Machado

deusana@gmail.com

Antonio Carlos Sequeira Fernandes

fernande@acd.ufrj.br

Vera Maria Medina da Fonseca

vmmedinafonseca@gmail.com

Neste artigo são apresentadas as conexões geradas por uma coleção de fósseis do Museu Nacional do Rio de Janeiro/UFRJ, coletada na década de 1880, cuja catalogação se encontrava equivocada. São apontadas conexões do âmbito mais geral, no que se refere à relação entre o colecionismo e a conformação da Paleontologia, ao mais específico, no que compete às relações internas do Museu Nacional, à formação de suas coleções e às suas pesquisas. Ao final, é retomada uma frase de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, atual presidente do IBRAM, para uma análise da coleção como um complexo e suas possíveis conexões.

Palavras-chave: Coleções de Fósseis, Museu Nacional, Conexões.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2014, o tema eleito para a comemoração do Dia Internacional dos Museus (18 de maio), do Comitê Internacional de Museus (ICOM), instalou questionamentos referentes às potencialidades conectivas das coleções de museus. O tema “Coleções de Museus Criam Conexões”, foi amplamente discutido em eventos por todo o Brasil durante a 12ª Semana dos Museus e resultou em publicações comemorativas.

Para Duarte Cândido (2014), trazer as coleções para o foco das atenções nesse momento é mais uma prova do conservadorismo do ICOM. Por outro lado, quando são trazidas para o debate junto à ideia de conexão aponta-se para a necessidade de contextualização destas e de dar a elas sentidos. Trata-se de gerar conexões em duas esferas: entre as coleções e a sociedade e entre elas e o museu, externas e internas respectivamente (Oliveira, 2014 e Almarza-Risquez, 2014). Por isso, o presente artigo tem como objetivo apresentar diferentes conexões realizadas a partir de uma investigação científica, que se debruçou sobre uma única coleção de fósseis do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

A pesquisa em questão surgiu do questionamento de informações contidas na catalogação de uma pequena coleção de fósseis formada na década de 1880. Segundo sua documentação, ela havia sido coletada no estado de Mato Grosso pela Comissão Geológica do Império do Brasil. No entanto, a região do Centro-Oeste do Brasil foi a única não explorada pela Comissão. A partir dos exemplares fósseis dessa coleção, registrados no Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional, foram levantados aspectos históricos tanto do Museu Nacional quanto do naturalista coletor, realizadas pesquisas de cunho taxonômico e apontados potenciais patrimoniais. Além dos fósseis, foi analisada a documentação pertinente, entre catálogos e livros de registro de entrada e saída, cartas e ofícios do século XIX, preservados no Setor de Memória e Arquivos do

Museu Nacional, artigos científicos e coleções biológicas diversas que demonstrassem relações com a referida coleção.

1. AS COLEÇÕES E A CIÊNCIA PALEONTOLÓGICA

Rudwick (1985, p.12) salientou que “sem o estabelecimento da tradição de preservação dos museus é difícil imaginar como a ciência paleontológica teria surgido”, e por isso, a primeira conexão a ser apresentada é a que existe entre as coleções, os museus e a Paleontologia.

O ato de colecionar é antigo, remetendo à Pré-História. Foi através da coleta e, consequentemente, da formação de coleções, que nossos ancestrais desenvolveram a capacidade de discernimento de recursos naturais e de seleção de possibilidades que os permitiriam a vida (Marschall, 2005). Analisando o colecionismo sob sua dimensão ordenadora, Marschall (2005) coloca-o em posição condicionante para a existência da sustentabilidade, que por sua vez é essencial para o desenvolvimento de uma civilização. Tem-se assim que a formação de coleções é inerente à condição humana e de vida em sociedade e existe até os dias de hoje.

Em sua origem, a palavra coleção, que vem do latim *collectio*, relaciona-se a conjunto, compilação e grupo. Para Pomian (1984, p.53) coleção é um “conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”. Desvallés e Mairesse (2013) apresentaram uma definição que espelha a contínua reflexão teórica acerca do tema coleções. Ela não exclui ou modifica o sentido dos demais conceitos. Ela as reestrutura e complementa, considerando terminologias, definições e divisões atuais, como as tipologias tangível e intangível dos objetos e o sentido que existe no processo de colecionar, enfatizado pela seleção para formação de um conjunto de elementos significativos e coerentes entre si, seja a coleção de natureza privada ou pública.

Uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. (DESVALLÉS E MAIRESSE, 2013, p. 32).

A definição de coleção de Pomian (1984) considera o seu valor simbólico. Para ele, os objetos de uma coleção recebem um valor diferenciado e uma nova significação. Deixam de exercer sua função utilitária para integrarem um conjunto com algum significado simbólico, seja ele estético, científico, biográfico ou histórico. “Pode se constatar sem risco de errar que qualquer objeto natural de que os homens conhecem a existência e qualquer artefato, por mais fantasioso que seja, figura em alguma parte num museu ou numa coleção particular” (POMIAN, 1984, p. 51).

O entusiasmo e o interesse por registros de história natural fizeram com que a formação de coleções crescesse naturalmente a partir do Renascimento (séc. XVI). Destacam-se os gabinetes de curiosidade, que dariam origem aos Museus de História Natural (LOPES, 1988). Apoiados na expansão do mundo ocidental esses gabinetes se proliferaram. Além disso, com o advento do pensamento científico, pensadores se dedicavam às explicações de fenômenos naturais desvinculando-os da Teologia. Assim, foi impulsionada a coleta de objetos variados, bizarros e fantásticos, principalmente de curiosidades naturais que pudessem auxiliar na compreensão desses fenômenos, até então desconhecidos e inexplicáveis (VIEIRA et al., 2007).

Por serem objetos enigmáticos e representações de seres já extintos e desconhecidos, os fósseis sempre foram considerados exóticos. Essa característica tornou-os integrantes obrigatórios dessas coleções. Alguns cientistas defendem que o interesse pelos fósseis é ainda mais antigo, desde as primeiras culturas (Vieira et al., 2007). Em antigas civilizações, os fósseis eram tidos como objetos mágicos, de valores sobrenaturais, usados como amuletos e até como medicação (FERNANDES, 2005).

Mais tarde, com o Iluminismo (séc. XVII a XVIII) e o advento da classificação biológica de Lineu, o caráter científico (metódico e especializado) desses gabinetes foi intensificado. Cientistas influenciavam e eram influenciados pelos gabinetes, onde analisavam, comparavam, ordenavam e classificavam seus objetos. Assim, tornaram-se instituições de pesquisas, que foram responsáveis pela constituição das Ciências Naturais, entre elas a Paleontologia.

2. A COLEÇÃO, UM NATURALISTA VIAJANTE E A HISTÓRIA DO MUSEU NACIONAL/ UFRJ

No Brasil, o Museu Nacional do Rio de Janeiro/UFRJ teve grande responsabilidade no cenário de institucionalização e consolidação das ciências. Primeiro museu latino-americano, ele foi criado em 1818 por D. João VI, com o intuito de desenvolver estudos nas áreas de ciências naturais e antropológicas. O Museu Nacional e os outros museus criados ao longo do século XIX na América Latina foram concebidos como “instituições de pesquisa e recintos abertos à população culta da época” (LOPES, 1988, p. 21).

A maior preocupação dos seus primeiros dirigentes figurava na necessidade de aquisição e formação das suas primeiras coleções científicas¹. Assim, era prática comum do museu a contratação de naturalistas viajantes estrangeiros que eram enviados a viagens de exploração do interior do país. Em contrapartida, eles eram obrigados a entregar ao Museu pelo menos uma amostra de tudo que coletassem (FERNANDES e PANE, 2007). Herbert Huntington Smith (1851-1919), naturalista norte-americano, foi um dos que muito contribuíram para a formação das coleções do Museu Nacional, tendo o Brasil como um grande laboratório de pesquisas. No entanto, seus problemas éticos se sobressaíram em relação à valorosa contribuição às coleções do Museu (KUNZLER

et al., 2011).

Smith realizou cinco excursões científicas ao Brasil. A primeira foi em 1870, quando ainda era estudante de graduação, na ocasião da primeira parte da “Expedição Morgan”, chefiada por Charles Frederick Hartt (1840–1878). A segunda foi em 1874, quando retornou por iniciativa própria para coletar e estudar os animais da Amazônia. Smith havia se impressionado com a beleza da vida tropical. Foi então convidado para integrar a “Comissão Geológica do Império do Brasil” (nome original), que havia sido criada por Hartt em 1875 (KUNZLER et al., 2011).

A Comissão consistia em um projeto que representava exatamente os interesses iniciais do Museu quanto à formação de coleções. A ideia inicial de Hartt era fazer um levantamento preliminar dos possíveis sítios geológicos mais acessíveis do então “Império do Brasil”. Em seu pouco tempo de trabalho, conseguiu reunir cerca de 500.000 amostras entre rochas, minerais e fósseis, todas depositadas no Museu Nacional. Apesar disso, as disputas políticas da época impediram que os trabalhos dos pesquisadores envolvidos tivessem continuidade. Por isso ela veio a ser extinta, levando Smith a retornar aos Estados Unidos.

Atualmente, do total de cerca de 49.000 exemplares constantes na coleção de paleoinvertebrados do Departamento de Geologia e Paleontologia do museu, 35.423 exemplares, referentes a 1.705 registros, estão catalogados como coletas da “Comissão Geológica do Império do Brasil” (MACEDO et al., 1999). Dentre elas, está a coleção de fósseis, pivô de toda a história que gerou este artigo. Com indicação de coleta feita por Herbert H. Smith, os espécimes são referentes a localidades no estado de Mato Grosso. No entanto, a “Comissão Geológica do Império do Brasil” não passou por nenhum estado do Centro-Oeste brasileiro, restringindo sua exploração aos estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, da Bahia, do Amazonas, de São Paulo, de Santa Catarina e do Paraná.

Por isso, a pesquisa prosseguiu na tentativa de descobrir o motivo e quando essa coleta pôde ser formada, baseando-se em documentos primários e periódicos.

As próximas vindas de Smith ao Brasil se deram em 1878 com duas pequenas excursões, quando comissionado pela revista norte-americana “*Scribner’s Monthly*”, um periódico ilustrado publicado de 1870 a 1881. Na primeira, ele visitou o Pará e, na segunda, o Rio de Janeiro, o Pernambuco e o Ceará. Ao escrever artigo sobre o Rio de Janeiro para a referida revista, Smith relatou sua visão depreciativa em relação ao Museu Nacional: “*In the city there is a museum of natural history, rather showy than good; the collections are badly labeled and badly arranged.*” (Smith, 1879, p.903). Essa situação é ressaltada mais recentemente por Lopes (1988) ao tratar dos museus latino-americanos, os quais até meados do séc. XX “permaneceram também em grande parte estagnados (...) vivendo por décadas uma história de mendicância e nomadismo” (LOPES, 1988, p. 22).

Dois anos depois, Smith firmaria contrato com esta mesma instituição, na ocasião de sua

última e mais comprida visita ao Brasil. Celebrou, em dezembro de 1881, contrato (Doc. MN 237, pasta 20, de 23/12/1881) com Ladislau de Souza Mello e Netto, que durou quatro anos. Segundo o acordo, Smith realizaria viagens de exploração ao interior do Brasil formando coleções de história natural, devendo se instalar no estado de Mato Grosso. Delas, “três ou quatro exemplares de cada espécie dos produtos colhidos, ou o único exemplar que encontrar” deveriam ser enviados ao Museu Nacional. Em troca desse serviço ele receberia a quantia de quatro contos de réis e a propriedade das duplicatas que lhe fosse possível adquirir (LACERDA, 1905).

Desse modo, Smith organizou grande parte das coleções separadamente, enviando o material coligido por pelo menos duas vezes ao museu, a primeira em 1883 e a segunda em 1886 (Doc. MN 17, pasta 22, ofício 13 da 1ª seção, do Palácio do Governo da Província de Mato Grosso, de 03/02/1883; Doc. MN 33, pasta 25, de 08/02/1886), com uma descrição da relação de exemplares que ele havia coligido, inclusive com referências à quantidade que pertenceria a ele e a que pertenceria à instituição (Doc. MN, RA9/D9, p. 4v-6, 23/10/1885).

Dentre o material enviado ao museu estavam: mamíferos, aves, répteis, anfíbios, plantas, frutos e os tão procurados fósseis. Dos 200 exemplares de fósseis declarados entregues, somente 60 são encontrados hoje no museu, exatamente os que estavam catalogados com coleta referente à “Comissão Geológica do Império do Brasil”, o que finalmente nos indica a origem dessa coleção.

Respondida a questão sobre a origem desses fósseis, que agora se sabe terem sido catalogados equivocadamente, outra questão se apresenta de relevância para a história do Museu e também do naturalista: a problemática que abalou a idoneidade de Smith, envolvendo cerca de 320.000 exemplares de coleções de invertebrados.

De acordo com o naturalista, era grande a dificuldade de separar esse material em campo, ou ainda de se manter no Brasil para realizar esse árduo trabalho sem nenhum apoio financeiro, principalmente devido à carência monetária pela qual passava o museu. Smith, então, procurou por meio de cartas e ofícios convencer a diretoria do museu de que o mais apropriado seria levar consigo toda a coleção, realizando o trabalho de separação e identificação do material nos Estados Unidos, devolvendo posteriormente a parte que seria de direito do Museu Nacional. Após insistentes tentativas, ele recebeu a autorização. Essa coleção, no entanto, jamais retornou para a instituição, causando a revolta de alguns notáveis brasileiros como João Baptista de Lacerda (1846-1915), que era, desde o início, contra o pedido de Smith e o caracterizou sem idoneidade moral (LACERDA, 1905, p. 55).

3. A COLEÇÃO E O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO TAXONÔMICA

Dos sistemas ligados a uma coleção, é exigência primordial o inventário escrito (documentação museológica), mas é também essencial a adoção de um sistema de classificação. Juntos, eles permitirão descrever e localizar rapidamente qualquer item entre os vários objetos do museu.

Entre esses sistemas de classificação, citamos a taxonomia, que classifica organismos vivos (Dessvallés e Mairesse, 2013). Como se refere a uma coleção de espécies já extintas, durante a pesquisa, esses fósseis também foram estudados sob a ótica taxonômica especificamente paleontológica. De fato, foi feita uma revisão, pois o estudo taxonômico já havia sido realizado em 1895, por Orville Adelbert Derby.

A partir da revisão foi possível destacar a importância destes fósseis e um fator que os valoriza como objetos de museu. Reconhece-se hoje que eles representam uma amostragem fossilífera pioneira da região e são exemplares-tipo de duas espécies descritas e figuradas por Derby (1895), designadas como *Derbyina smithi* (Derby) Clarke, 1913 e *Paranaia margarida* (Derby) Clarke, 1913. Preservaram, mesmo após o processo de fossilização, estruturas biológicas internas que são essenciais para sua identificação e que não puderam ser encontradas em outros exemplares. No entanto, eles se encontravam registrados e depositados na coleção geral de Paleontologia, e não na coleção de tipos, como deveriam estar, trazendo a tona mais uma incongruência na gestão da coleção que pode ser solucionada após a pesquisa.

O desconhecimento desses exemplares de valor excepcional para a Ciência não se dava somente no âmbito interno do museu. Ele incluía também a academia em geral, nacional e estrangeira, o que resultou em usos equivocados da nomenclatura, além de propostas taxonômicas que modificavam a descrição e a denominação dessas espécies, inclusive em trabalhos especializados, de alta credibilidade².

4. A COLEÇÃO COMO UM COMPLEXO E SUAS CONEXÕES

De acordo com Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, “coleções são complexos legados da memória cultural” (IBRAM, 2014). Vale então entender o que é “complexo”³ para finalizar a reflexão do artigo sobre as coleções como fonte de conexões.

Na etimologia da palavra, do latim – *complexus* significa abarcar, cercar, compreender, algo composto de vários elementos que fazem parte de um todo. De acordo com o Dicionário Houaiss, quando adjetivo, o termo “complexo” pode ser definido como algo “passível de ser encarado ou apreciado sob diversos ângulos”; quando substantivo

“diz-se de conjunto, tomado como um todo mais ou menos coerente, cujos componentes funcionam entre si em numerosas relações de interdependência ou de subordinação, de apreensão muitas vezes difícil pelo intelecto e que apresentam diversos aspectos”.

Assim, têm-se desde um complexo do sentido social ao farmacêutico, todos com representações de um agrupamento de elementos que atuam entre si por um fim em comum. Por exemplo, o complexo cultural, que é conjunto integrado de traços culturais de natureza material ou imaterial, constitui um padrão sistêmico mais ou menos definido no espaço e no tempo. Existe tam-

bém o complexo vitamínico B, que é uma associação das vitaminas B1, B2, B6 e B12, essenciais na prevenção de doenças (como beribéri, pelagra, anemia, etc) e na proteção do tecido nervoso. Na psicologia, um complexo pode ser, entre outras definições, um sistema de ideias reprimidas, de forte valor emocional, interligadas num todo capaz de gerar um comportamento mórbido.

Entende-se então como “complexo” a união duas ou mais coisas que somente integradas dão sentido a uma unidade maior e integradora. Por consequência, apreende-se a coleção também como um complexo, por ser a união de dois ou mais elementos que juntos dão sentido a um conjunto, com base no que ressaltam Desvallés e Mairesse (2013, p. 32) que “para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo”.

A fim de aprofundar essa ideia, proceder-se-á uma comparação com a Biologia. Por meio da Citologia (divisão das Ciências Biológicas que estuda as células) foi descoberto, em 1898, o Complexo de Golgi. Assim foi denominado em homenagem ao seu descobridor, o médico italiano Camilo Golgi. E porque “Complexo”? Essa organela é composta por um conjunto de dobras de membranas que libera e recebe pequenos “pacotes” chamados vesículas, o que permite o processamento e a distribuição de proteínas para outras partes da célula, comunicando-as. Ela só produz devido a essa comunicação feita pelas vesículas através de todos os seus milhares de membranas. E ao mesmo tempo só libera as substâncias necessárias para o funcionamento da célula se houver o processamento. Além disso, ele também é parte integrante do armazenamento, transformação, ordenação, empacotamento e envio de outras macromoléculas, como os lipídeos. O Complexo de Golgi então funciona como um sistema central de distribuição na célula, que por sua vez participa de outro conjunto que completa um órgão que, por conseguinte compõe um corpo.

Neste exemplo biológico, o topo da “complexidade” é o corpo, já que é composto por vários complexos internos, que funcionam entre si em numerosas conexões em relações de interdependência (impossíveis de serem esgotadas aqui ou em qualquer livro de Biologia). No exemplo museal, o museu é o topo da “complexidade interna”, já que é composto por setores e divisões administrativas, departamentos de pesquisas e laboratórios variados, espaço expositivo, acervo, documentação, segurança e assim por diante. Todos trabalham, ou devem trabalhar, de forma integrada para que o museu possa exercer suas funções de conservar, pesquisar e comunicar o patrimônio cultural, a fim de mantê-lo vivo. Enquanto isso, as coleções se equivalem aos complexos de Golgi, onde são realizados o armazenamento, a transformação, a ordenação, o empacotamento e o envio das informações acerca de seus objetos, através de suas conexões com os processos de aquisição e conservação, documentação, pesquisa e comunicação.

E é pelo processo de comunicação museológica que as coleções se conectam a complexos externos, de origem social, econômica e ambiental a fim de serem partilhadas, reconhecidas e

valorizadas. Por isso, “são complexos legados da memória cultural” por serem conjuntos tomados como um todo, mais ou menos coerente, de bens que representam o patrimônio cultural de uma sociedade, e que devem ser preservados e transmitidos de uma geração a outra.

A coleção de fósseis, iluminada por este trabalho, pode ser então o exemplo de um complexo, por ser apreciada por diversos ângulos e devido às várias conexões apresentadas com outras instâncias do Museu Nacional, com o fim de mantê-lo vivo. Importante dizer que ela está armazenada, mas só se comunicou após ser processada. Esse processamento se deu a partir do momento em que foi inserida no ambiente do museu, sendo acompanhada por uma documentação museológica. E continuou ao ser objeto de estudo de uma de pesquisa científica, que a ordenou e a colocou em comunicação com outros pesquisadores, setores e coleções. Passou a fazer parte da história da Ciência e da história do Museu Nacional, além de ter uma própria história como objeto de museu e como elemento da natureza. É por isso também um legado da memória cultural, como testemunho dessas histórias que se ligam, de uma forma ou de outra, à sociedade, seja pela Ciência, pela História Natural ou pelo museu como lugar de encontro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa história de múltiplas facetas não foi desvendada por acaso. Ela é o resultado de conexões feitas a partir de um complexo, a coleção. E foi contada por meio de catálogos e livros de registro de entrada e saída, cartas e ofícios do Setor de Memórias e Arquivo do Museu. Também por artigos acadêmicos publicados nos Archivos do Museu Nacional, disponibilizados pela Biblioteca do Museu, e em revistas estrangeiras. Além disso, participaram da história outras coleções biológicas e geológicas que também são formadas desde o século XIX, integrando outros laboratórios de pesquisas e outros pesquisadores.

Todo esse conjunto apresenta tanto conexões internas quanto externas, merecendo destaque alguns condicionantes que permitiram a essa coleção de fósseis conectar-se: sua preservação em uma reserva acompanhada de sua respectiva documentação; a salvaguarda de documentos primários em um Arquivo, cujas informações apresentam o contexto histórico, político e econômico no qual esses fósseis foram coletados; e a pesquisa científica, que primeiro questiona um dado, o investiga e procura respondê-lo, desvendando novas relações.

No dia-a-dia, essas conexões podem ser invisíveis, talvez pela cegueira do trabalho automático e individualista, que não se restringe somente ao museu. É possível então depreendermos, a partir de nossas reflexões, que estudos como o apresentado aqui, principalmente no aspecto histórico dos museus e das coleções, sejam úteis para abrir um caminho mais interdisciplinar, integrando diferentes áreas de atuação e setores, a fim de revelar não somente as coleções, mas o museu em sua complexidade.

NOTAS

¹ Esse fato demonstra e comprova o quão eram essenciais as coleções para que o museu pudesse desempenhar a função para a qual ele fora criado. No entanto, faz-se necessário distinguir coleção de acervo. Acervo é o conjunto de todos os itens e objetos que representam o patrimônio cultural preservado em um museu. A partir de sua classificação, atividade que ocorre com a documentação museológica, são formadas coleções cujos elementos são reunidos de acordo com características afins, buscando formar um conjunto coerente.

² Um deles é o Tratado de Braquiópodes. Esses tratados funcionam como enciclopédias sobre grupos específicos de animais, trazendo informações sobre exemplares-tipo, descrição geral e fotografias para identificação de espécimes. Neste caso, devido ao referido desconhecimento, o Tratado, que datava de 2006, desconsiderava *Paranaia margarida* como espécie de fato, e trazia somente a reprodução das ilustrações feitas por Derby em seu artigo de 1895, ao invés de fotografias originais.

³ Existe na Biologia a Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy, que também é utilizada nesse tipo de análise, porém deverá ser focalizado em uma próxima ocasião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMARZA-RISQUEZ, Fernando. Las conexiones (internas) de las colecciones del museo. Talleres ILAM, 2014. (Disponível em <http://www.ilam.org/index.php/es/talleres>, acesso em 04 de agosto de 2014, às 20h)

DERBY, Orville Adelbert. Nota sobre a geologia e paleontologia de Matto Grosso. Archivos do Museu Nacional, n.9, p.59-88, 1895.

DESVALLÉS, Andre; MAIRESSE, François (Eds.). Conceitos-Chave da Museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100p.

DUARTE CANDIDO, Manuelina. O museu é um lugar de conexões. Revista Museu: Cultura Levada a Sério, ano XIII, ed. 149, Especial 18 de Maio de 2014, 2014. (Disponível em <http://www.revista-museu.com.br/joomla/>, acesso em 04 de agosto de 2014, às 20h)

FERNANDES, Antonio C. S. Fósseis: Mitos e Folclore. Anuário do Instituto de Geociências, v. 28, n.1, p.101-115, 2005.

FERNANDES, Antonio C. S.; PANE, Vittorio. Giovanni Michelotti e sua contribuição às primeiras coleções científicas do Museu Nacional. Filosofia e História da Biologia, v. 2, p.75-84, 2007.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. 189p.

- IBRAM. Guia da Programação da 12ª Semana de Museus – Museus: As Coleções Criam Conexões. 2014.
- KUNZLER, Josiane; FERNANDES, Antonio C. S.; FONSECA, Vera, M.M; JRAIGE, Samia. Herbert Huntington Smith: Um Naturalista Injustiçado? *Filosofia e História da Biologia*, Bauru, v.6, n.1, p.49-67, 2011.
- LACERDA, J. B. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.
- LOPES, Maria Margareth. *Museu: Uma Perspectiva de Educação em Geologia*. 1988. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- MACEDO, Antonio C. M.; FERNANDES, Antonio C. S. & GALLO-DA-SILVA, Valéria. Fósseis coletados na Amazônia pela “Comissão Geológica do Império do Brasil” (1875-1877): um século de história. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.47, p.1-6, 1999.
- MARSCHALL, Francisco. Epistemologias Históricas do Coleccionismo. *Episteme*, Porto Alegre, n.20, p.12-23, 2005.
- OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam de. Museus – coleções criam conexões. *Revista Museu: Cultura Levada a Sério*, ano XIII, ed. 149, Especial 18 de Maio de 2014, 2014. (Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/joomla/>, acesso em 04 de agosto de 2014, às 20h)
- POMIAN, Krzysztof. *Colecção*. In: *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1984. 460p.
- RUDWICK, Martin J. S. *The Meaning of Fossil: Episodes in the History of Paleontology*. 2ª ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.
- SMITH, Herbert H. Rio de Janeiro. *Scribner's Monthly*, v.18, n.6, p.890-903, 1879.
- VIEIRA, Ana C. M. et al. A Contribuição dos Museus para a Institucionalização e Difusão da Paleontologia. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 30, n. 01, p. 158-167, 2007.

